

05/02/2012

REN - Rede Eléctrica Nacional, SA
 Rua Casal dos Mogos 4471-909 MAIA
 Apartado 1003 - 4471-909 MAIA
 Telefone (+351) 220 011 600 Fax (+351) 220 011 610

*trabalho do PDM
 02 havi. de 13
 Es*

Município de Oliveira do Hospital

Livro : CM
 Registo N.º: 2054 /Ano: 2012
 Entrada de 02-03-2012
Proc. 101136
 Registado por: monica.mota

Câmara Municipal - Oliveira do Hospital
 Largo Conselheiro Cabral Metello
 3400-062 OLIVEIRA DO HOSPITAL

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Procº 10/134	15/2/2012	CT ELEX-LN 31/2012	29/02/2012

Assunto Revisão do PDM de Oliveira do Hospital - Emissão de parecer

Exmos Senhores,

Acusamos a recepção do ofício em referência com pedido de parecer relativo à proposta de revisão do PDM de Oliveira do Hospital.

A REN - Rede Eléctrica Nacional, SA é a empresa concessionária da Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT), em regime de concessão de serviço público (cfr. n.º 1, do art.º 21.º, do Decreto-Lei nº 29/2006, de 15 de Fevereiro), sendo as instalações da RNT consideradas de utilidade pública (cfr. n.º 1, do art.º 12.º, do mesmo Decreto-Lei).

No concelho de Oliveira do Hospital existem e têm servidão constituída as seguintes instalações da RNT:

- Linha Aérea Vila Chã-Tábua 1 a220kV (LVCTB1)
- Linha Aérea Vila Chã-Tábua 2 a220kV (LVCTB2)

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. emite parecer favorável à Proposta de Revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital, com as seguintes condicionantes:

1. As linhas de Muito Alta Tensão acima identificadas deverão ser representadas na Planta de Condicionantes.

Para o efeito informamos que a representação georeferenciada da infra-estrutura da RNT, no Datum Lisboa e com a representação da quadricula militar e ponto fictício, está disponível no endereço electrónico da REN-Rede Eléctrica Nacional, S.A. em:

<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/InformacaoTecnica/Paginas/MapaRNTGeoreferenciado.aspx>

R.



Aproveitamos para relembrar que as condicionantes ao uso do solo decorrentes das servidões administrativas associadas às linhas aéreas são regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 1/92 de 18 de Fevereiro (Regulamento de Segurança de Linhas Eléctricas de Alta Tensão) devendo, em conformidade com o disposto nesse diploma legal, ser garantidas as condições de segurança relativamente às linhas eléctricas, nomeadamente no que respeita à salvaguarda das distâncias de segurança entre qualquer infra-estrutura e os condutores dessas linhas.

Assim e de acordo com a legislação em vigor, os projectos de construção, alterações de perfil de terreno ou outras intervenções a levar a efeito na zona de influência das servidões administrativas das linhas aéreas da RNT deverão ser submetidas à apreciação prévia da REN-Rede Eléctrica Nacional, S.A. para avaliação do cumprimento do regulamento referido no parágrafo anterior e emissão do competente parecer.

Salientamos igualmente que, caso se preveja a necessidade de introduzir modificações nas linhas aéreas para permitir a implementação de projectos de construção sob as mesmas ou na sua proximidade imediata, é de toda a conveniência que as respectivas solicitações sejam efectuadas com uma antecedência mínima de 180 dias relativamente à necessidade de conclusão das mesmas, e que a competência dos encargos com essas obras de modificação das linhas é definida na legislação aplicável.

A fim de dar apoio à caracterização de todos os aspectos ligados à RNT e apresentar de forma sucinta as condicionantes relativas a linhas eléctricas, aproveitamos o ensejo para enviar, em anexo, um conjunto de informação referente ao quadro legal e regulamentar em vigor, regras técnicas e caracterização das servidões de utilidade pública.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Direcção Exploração



Costa Martins
(Subdirector)

Anexo: o mencionado

Anexo

O quadro legislativo para o sector eléctrico considera que as actividades de transporte e distribuição de energia são exercidas em regime de concessão (Decreto-Lei nº 29/2006, de 15 de Fevereiro). Assim define a existência da RESP – Rede Eléctrica do Serviço Público, constituída pela RNT – Rede Nacional de Transporte de Electricidade, RND – Rede Nacional de Distribuição de Electricidade em Média e Alta Tensão e as redes de distribuição de electricidade em baixa tensão. A REN tem a concessão da RNT.

Na sua actividade de Planeamento da RNT a REN, SA elabora um Plano de Desenvolvimento e Investimento, da RNT (PDIRT), que é validado pela ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (actualmente envolvendo o período o período 2009-2014) onde estão programados e justificados todos os projectos para cada uma das regiões.

No portal da REN, SA em www.ren.pt encontram-se disponíveis e podem ser acedidos o PDIRT atrás referido e o Mapa da RNT georreferenciado (coordenadas militares - ponto fictício e Datum Lisboa) bem como o correspondente relatório de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Este mapa poderá desde logo ser utilizado directamente para actualização das plantas de condicionantes, recomendando-se que a RNT seja representada com simbologia própria.

Sobre a concessão da RNT e das Servidões Associadas, referimos o seguinte:

Âmbito da Concessão

Nos termos da legislação em vigor designadamente o artº 69º do Decreto-Lei nº 29/2006 de 15 de Fevereiro, a **REN, S.A.**, é a Empresa concessionária da RNT por Contrato.

A RNT, é constituída pelas linhas e subestações de tensão superior a 110 kV, as interligações e as instalações para operação na Rede de Transporte como definido no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 29/2006 e no artº 4º.

A Concessão da RNT, é exercida em regime de utilidade pública como estipulam os artigos 12.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 29/2006 e o n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 172/2006 de 23 de Agosto.

Licenciamento das Infra-estruturas da RNT

O licenciamento das infra-estruturas é feito em conformidade com o Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de Julho de 1936, com as actualizações introduzidas pelos Decreto-lei n.º 446/76, Decreto-lei n.º 186/90 e Decreto Regulamentar n.º 38/90. As bases de concessão constam do anexo 2 do Decreto-Lei 172/2006

Durante o processo de licenciamento são igualmente requeridas e constituídas servidões de utilidade pública (de acordo com os n.ºs 2 e 3 artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 29/2006) sobre os imóveis necessários ao estabelecimento das infra-estruturas da RNT.

No âmbito da legislação ambiental em vigor (Decreto Lei nº 69/2000, com a redacção dada pelo Decreto Lei nº 197/2000, e conforme os anexos I e II ali insertos) os projectos da RNT estão sujeitos a avaliação ambiental da qual resulta uma Declaração de Impacte Ambiental.

Servidões das Infra-estruturas da RNT

1-linhas

As servidões constituídas correspondem a servidões de passagem que visam evitar que as linhas sejam sujeitas a deslocações frequentes e são constituídas pela declaração de utilidade pública da instalação.

A servidão consiste na reserva do espaço necessário à manutenção das distâncias de segurança designadamente a edifícios, ao solo, a árvores, etc., considerados os condutores das linhas nas condições definidas no Regulamento de Segurança de Linhas Aéreas de Alta Tensão (Decreto Regulamentar n.º 1/92), a saber:

Tensão Nominal (kV)	150	220	400
Solo	10 (6,8)	12 (7,1)	14 (8)
Árvores	4 (3,1)	5 (3,7)	8 (5)
Edifícios	5 (4,2)	6 (4,7)	8 (6)
Estradas	11 (7,8)	12 (8,5)	16 (10,3)
Vias-férreas electrificadas	13,5	14	16
Vias-férreas não electrific.	11 (7,8)	12 (8,5)	15 (10,3)
Outras linhas aéreas	4 (a)	5 (a)	7 (a)
Obstáculos diversos (Semáforos, iluminação pública)	3,2	3,7	5

Notas: (a) Considerando o ponto de cruzamento a 300 m do apoio mais próximo.

(b) Entre parêntesis valores mínimos regulamentares.

(c) Valores em metros.

Aqui, tendo também presente o disposto no Decreto Regulamentar n.º 1/92, estão também definidas:

- a) - Uma faixa de serviço com uma largura de cinco metros dividida ao meio pelo eixo da linha.
- b) - Uma zona de protecção com uma largura máxima de quarenta e cinco metros centrada no eixo da linha, na qual são condicionadas ou sujeitas a autorização prévia algumas actividades.

Estas servidões não implicam expropriação mas sim uma indemnização por uso condicionado do solo presente e futuro de acordo com o Decreto-lei n.º 43335 de 19 de Novembro, (Art.ºs 37.º a 42.º).

Restrições ao uso do solo decorrentes da constituição da servidão.

Tendo presente o disposto no Regulamento de Segurança de Linhas Aéreas de Alta Tensão (DR 1/92) e no âmbito da constituição da referida servidão o uso do solo fica sujeito a condicionantes de segurança afectando:

- a) - Edificações em geral
- b) - A existência de recintos escolares e desportivos
- c) - Os cruzamentos e vizinhanças com outras servidões tais como rede viária, rede ferroviária, linhas de alta e média tensão, linhas de telecomunicações, rede de gás e condutas de água, etc.
- d) - Alterações do perfil do terreno;

- e) - Exploração florestal ou de outro tipo de vegetação;
- f) - Utilização/manipulação de máquinas, equipamentos, outros dispositivos sob a linha;
- e) - Todo tipo de obras ou intervenções no terreno que ponham em causa a estabilidade das fundações dos postes das linhas eléctricas.

2) - Subestações

Estas instalações são vedadas ao acesso do público em geral e regem-se pelo Regulamento de Segurança de Subestações e os respectivos projectos estão igualmente sujeitos a avaliação de impacte ambiental e licenciamento técnico de acordo com a legislação em vigor.